

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Belas Artes

Programa de Pós-graduação

Rosilene Silva de Andrade

**As Artes Visuais e o Desenvolvimento de Estudantes com Necessidades
Educaçãoais Especiais**

Belo Horizonte

2023

Rosilene Silva de Andrade

**As Artes Visuais e o Desenvolvimento de Estudantes com Necessidades
Educativas Especiais**

Versão final:

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas – CEEAV da Universidade Federal de Minas Gerais – como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Artes Visuais.

Orientadora: Profa Dra. Andréa de Paula Xavier Vilela.

Belo Horizonte

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: **ROSILENE SILVA DE ANDRADE**, Nº. DE REGISTRO: **2021703449**.

TRABALHO FINAL: **“AS ARTES VISUAIS E O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS”**.

Trabalho de Conclusão da Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas – CEEAV, do Programa de Pós-graduação em Artes – PPG Artes, da Escola de Belas Artes – EBA, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas.

APROVADO em 13 de julho de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos Membros:

Profa. Dra. Andréa de Paula Xavier Vilela (Orientadora/ CEEAV/ PPG Artes/ EBA/ UFMG)

Profa. Dra. Camila Rodrigues Moreira Cruz (Membro da Banca Examinadora/ CEEAV/ PPG Artes/ EBA/ UFMG)



Documento assinado eletronicamente por **Camila Rodrigues Moreira Cruz, Professora do Magistério Superior**, em 10/08/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Paula Xavier Vilela, Professora do Magistério Superior**, em 26/08/2023, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2531512** e o código CRC **9C376887**.

Dedico esse trabalho aos meus professores, mestres e doutores que tanto contribuíram para esse momento importante. À minha família, que pacientemente compreendeu minhas ausências.

AGRADECIMENTOS

A Profa Dra. Andréa de Paula Xavier Vilela, por orientar e compartilhar seus conhecimentos que enriqueceram este trabalho acadêmico, bem como minha maturação sobre a escrita. Agradeço também à Prof.^a Dr.^a Camila Rodrigues Moreira Cruz, membro da banca examinadora que muito contribuiu com suas colocações. E também aos professores e mestres das disciplinas durante todo o curso. Bem como a coordenadora do curso Prof.^a Gabriela Górdova que sabiamente conduziu nossos encontros virtuais e não menos importante a secretária do Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas – CEEAV Programa de Pós Graduação em Artes - PPG Artes Escola de Belas Artes EBA/ UFMG, Nayara Rosemari que pacientemente fez seu trabalho com êxito.

Agradeço aos colegas do curso que compartilharam saberes e experiências contribuindo para enriquecer nossas pesquisas.

Agradeço especialmente meu esposo e filhos que tanto se alegram com essa conquista e com graça e favor compreenderam as ausências devido às demandas do curso.

Fonte: Elaborado pela autora.

“Conhecimento é uma construção e não uma aquisição. Supõe oportunidade de ter acesso à informação e supõe um movimento interno que torne significativa essa informação, para que possam ser tomadas decisões com base nos próprios pensamentos e na autonomia de vontade.” (PIMENTEL, 2013).

RESUMO

Nesta pesquisa, intenta-se refletir acerca da possível contribuição da prática das artes visuais no ensino para estudantes com necessidades educacionais especiais visando o desenvolvimento sensível e cognitivo destes. Como estratégia, analisam-se os efeitos da livre criação e experimentações concretas dos elementos estruturantes, tais como: ponto, linha, plano, texturas, e cores, bem como o uso de materiais diversificados relacionados ao contexto educacional desses estudantes. Como resultado, pretende-se desenvolver um material artístico-pedagógico para auxiliar na prática pedagógica do professor. Para tanto, foram tomados como referência os estudos de Ana Mae Barbosa – fundamentados na ideia de que a criatividade pode ser praticada de forma variada pela abordagem triangular, para se trabalhar a cognição e a consciência – e de Maria Teresa Égler Mantoan, no que se refere à sua ideia do que é educação inclusiva na realidade do ambiente escolar. Além destes, outros autores apontam a necessidade de valorizar a subjetividade e coletividade, assim como a proposição de um ensino diversificado. O artigo convida à reflexão acerca de como se faz necessário questionar a prática pedagógica e quais metodologias de Ensino de Arte melhor se adequam aos estudantes da Educação Especial.

Palavras Chave: artes visuais; diversidades; elementos estruturantes; educação especial.

ABSTRACT

This research intends to reflect on the possible contribution of the practice of visual arts in teaching students with special educational needs for their sensitive and cognitive development. As a strategy, the effects of free creation and concrete experimentation of structuring elements are analyzed, such as: point, line, plane, textures, and colors, as well as the use of diverse materials related to the students' educational context. As a result, it is intended to develop an artistic pedagogical material to assist in the teacher's pedagogical practice. For that purpose, the studies of Ana Mae Barbosa were taken as a reference - based on the idea that creativity can be practiced in a varied way by the triangular approach, to work on cognition and consciousness - and of Maria Teresa Égler Mantoan with regard to the his idea of what inclusive education is in the reality of the school environment beyond, among other authors who point out the need to value subjectivity and collectivity as well as the proposition of a diversified teaching. The article invites reflection on how it is necessary to question the pedagogical practice and which art teaching methodologies are best suited to special education students.

Keywords: visual arts; diversities; structuring elements; special education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estudante: T. 4º ano do Ensino Fundamental	15
Figura 2 - Estudante: R.S.C. 2º do Ensino Fundamental	15
Figura 3 - Estudante: A.L.S.C. 2º ano do Ensino Fundamental	15
Figura 4 - Estudante: A.S. T. 2º ano do Ensino Médio	15
Figura 5 – Produções dos estudantes a partir da aplicação dos elementos estruturantes da linguagem visual	16

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DESENVOLVIMENTO	13
2.1 Ana Mae Barbosa e a Abordagem Triangular	15
2.2 Público Alvo da Educação Especial	16
2.3 Desafios na sala de aula/ escola	17
2.4 Diversidade e Alteridade	19
2.5 – Prática com liberdade.....	20
3 CONCLUSÃO	23
4 REFERÊNCIAS	24

1 Introdução

No contexto escolar, nos deparamos com crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais. Esta pesquisa aponta que, ao participar das aulas em um ambiente diversificado é possível que o ensino de elementos estruturantes das artes visuais contribua para que o estudante, público-alvo da Educação Especial, se desenvolva cognitivamente com oportunidades de produzir conforme sua especificidade. Tal se torna possível ao utilizar sugestões de ensinância como a abordagem triangular e a interculturalidade apontadas por Ana Mae Barbosa (2018). Ao compreendermos que a sala de aula é dinâmica e diversa, a subjetividade de cada um se torna um aspecto coletivo. Em contato com as criações humanas e manifestações culturais, por meio de elementos estruturantes como ponto, linha, textura, representação visual, experiência estética e contextualização, o estudante se apropria desses elementos e experimenta sua poética pessoal ao se expressar enquanto produz. Diante da literatura estudada, podemos dizer que o ensino dos componentes das artes visuais pode promover uma experiência estética visual nos estudantes além de proporcionar uma reflexão de sua relação com o mundo e a sociedade.

Intentamos, ainda, compreender um pouco sobre as leis que contribuem e asseguram a participação desses estudantes na escola de ensino comum, pois, se fazem cada vez mais presentes, a partir do reconhecimento dos seus direitos e deveres. Nesta pesquisa, destacamos os desafios que os profissionais desse segmento enfrentam no dia a dia da escola, a presença forte do ensino tradicional, a falta de capacitação profissional e a rigidez da grade curricular. Com este artigo, pretendemos contribuir para a formação continuada dos professores, já que a inclusão se faz presente no interior das escolas, (LDB, p. 9, 1996); além de perceber e apurar sobre a heterogeneidade nas salas de aula e o valor da diversidade e alteridade. Desejamos demonstrar as possibilidades de aprendizagem por meio da exploração dos sentidos, através de materiais a serem utilizados e propor a livre criação. Também vamos esclarecer o conceito de alteridade e sua contribuição (MORAIS, 2018) para a formação do cidadão inclusivo.

Em um breve relato, pretendemos compreender a concepção da Educação Especial no bojo da perspectiva da escola inclusiva. Para tanto, analisaremos algumas das principais leis que contribuem e asseguram a participação desses estudantes na escola de ensino comum, pois se fazem cada vez mais presentes, a partir do reconhecimento de seus direitos e deveres. Nesta pesquisa, também destacamos a necessidade de uma formação continuada para os profissionais desse segmento, tendo em vista os desafios que enfrentam no dia a dia da escola, a contraposição ao ensino tradicional, a rigidez da grade curricular e a diversidade do público

atendido. Com este artigo, pretendemos, assim, contribuir para essa formação continuada dos professores, já que a inclusão se faz cada vez mais presente no interior das escolas, (LDBN, p. 9, 1996), além de ponderar sobre a heterogeneidade nas salas de aula e o entendimento da diversidade nesse contexto. No que tange ao Ensino de Arte, almejamos demonstrar as possibilidades de aprendizagem por meio da exploração dos sentidos, mediante o ensino dos componentes estruturantes das artes visuais, utilizando-se de materiais que proporcionem um aprendizado prático, o qual permita a construção dos conceitos por parte dos educandos e, posteriormente, os habilite a uma proposta de livre criação.

2 Desenvolvimento

Pesquisas recentes sugerem que o Atendimento Educacional Especial é desafiador desde a Educação Infantil e que o Ensino de Arte é utilizado como terapia, artesanato para distrair esses estudantes. Aqui, revela-se um problema a ser investigado: como o ensino dos elementos estruturantes das artes visuais pode contribuir para o desenvolvimento do estudante com necessidades educacionais especiais? Autores, como Mantoan e Reilly afirmam que a inclusão é uma realidade no interior das escolas de Ensino Regular. Buscamos, então, compreender como recursos, metodologias, novas tecnologias podem auxiliar no ensino dos componentes de artes visuais. Sugerimos a construção de um portfólio de aprendizagem como recurso de reflexão individual e colaborativo da aprendizagem dentro e fora da sala de aula. Uma possível estratégia seria trabalhar com a subjetividade por meio do ponto e linha, com emojis, de modo a estimular que esses estudantes se expressem ao refletir sobre sua prática.

Dentre as metodologias possíveis, destaca-se a abordagem triangular, desenvolvida por Ana Mae Barbosa. A ideia seria propor aos estudantes contextualizar, apreciar e fazer Arte por meio da reflexão e percepção visual. Por exemplo, ao ensinar os componentes estruturantes ponto, linha, cor, forma, plano, textura, podemos estimular a reflexão de como essa aprendizagem se relaciona com a vivência e perceber que, por meio da arte, podemos manifestar e expressar insatisfações ou provocar inquietações no meio onde vivemos. Como sugestão para essa metodologia, pode-se usar fenômenos naturais (chuva), sentimentos (tristeza, alegria) ou um fato cotidiano. São possíveis recursos a favor da aprendizagem.

A arte-educadora Ana Mae Barbosa destaca alguns pontos para refletirmos: trabalhar com arte e cognição; pensar sobre o que se está a fazer; priorizar o questionamento dos alunos; propiciar condições de aprendizagem e, o mais importante, questionar qual é o

objetivo de aprendizagem do Ensino de Arte. Qual metodologia pode ser utilizada para ensinar Arte?

Já a autora Sandra Rey (2010, p. 125) aborda a “arte contemporânea como ausência de parâmetros rigidamente estabelecidos. A conduta deve ser traçada pelo artista”. Pontos importantes para introduzir, desenvolver e consolidar conceitos necessários para mesclar teoria e prática. De acordo com Rey, é importante todo o processo de produção de “técnicas e teorias, interagir com o espectador, inventar seu próprio modo de fazer, conhecimentos diversificados”. O ensino de artes visuais nos remete à “conexão com tudo que diz respeito ao conhecimento, dentro das dimensões: abstrata, prática, e estímulo”. A autora afirma ainda que “tudo que se cria, não surge do nada” (2010, p. 126).

De acordo com Lucia Reily (2010), entendemos que a escola é um espaço diversificado. No ambiente escolar, as interações são baseadas em conflitos e resolução de problemas. A participação de estudantes com necessidades educacionais especiais na escola regular propõe mudanças de comportamentos, adequação arquitetônica e capacitação profissional. Podemos dizer que, o ensino tradicional não atende mais às necessidades do alunado, com ou sem deficiência, visto estes requerem recursos diversificados para que o aprendizado aconteça. É necessário que o professor seja, portanto, pesquisador e busque conhecimento para sua prática pedagógica. Importante destacar que a Arte não deve ser utilizada como terapia, recurso para reforçar a autoestima ou trabalhar a coordenação motora, mas, sim, estimular a produção de conhecimento.

Políticas públicas contemporâneas abriram a possibilidade de inclusão de estudantes deficientes na escola regular e, com isso, promoveu possibilidades de aprendizado a todos por meio da interação. Alguns pontos importantes e pouco divulgados sobre esse fenômeno são a escassez de literatura sobre a inclusão de estudantes deficientes na escola regular, além dos materiais e recursos utilizados serem os mesmos utilizados nas instituições beneficentes e escolas especiais. Nesse contexto, Reilly considera que;

É difícil transpor saberes construídos em uma instituição para um espaço de inclusão; como, por exemplo, a vagareza que a Academia responde à nova realidade da escola, ou seja, não prepara os futuros professores para atender um público heterogêneo e diversificado. (REILLY, 2010, p. 98)

Sendo assim, a busca por recursos e estratégias para atender às necessidades educacionais especiais de cada estudante, referentes à linguagem, motricidade, mobilidade, acesso ao conhecimento e produção artística deve ser constante no ambiente escolar. Uma estratégia proposta é o Ensino da Arte pela fruição. O estudante terá oportunidade de desfrutar

das atividades enquanto aprende.

De acordo com Farias (2016), a proposta é incentivar a autonomia dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Compreendemos que, o papel do professor é oportunizar condições para o aluno aprender, se adequar a realidade diversificada da sala de aula, valorizar a necessidade e o interesse do estudante. Conforme se vê na Declaração de Salamanca, A educação será efetivamente para todos à medida que buscar meios para alcançar e acolher a maioria das crianças:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1).

Para promover experiências significativas por meio da livre criação e produção em um ambiente de ensino diversificado, deve-se conhecer o estudante, compreender sua maneira de aprender e propor experiências estéticas visuais a partir do meio no qual ele está inserido. Assim, torna-se possível ajudá-lo a desenvolver as habilidades importantes para se apropriar de conceitos que fazem parte de suas atividades diárias, como, por exemplo, percepção visual e estética.

2.1 Ana Mae Barbosa e a Abordagem Triangular

Ana Mae Barbosa, ao apresentar a abordagem triangular, deixa claro não se tratar de uma metodologia de Ensino de Arte, e sim de uma sugestão de trabalho que disponibiliza aos professores possibilidades de enriquecer as aulas de artes visuais. Desse modo, ela delinea os três seguintes eixos:

Contextualização: deve-se promover a produção do conhecimento da obra. O estudante deve conhecer o sentido que a obra reflete na sociedade. Quais provocações estimulam o que ela quer dizer, no momento, na situação. Motivar a livre criação por meio da experiência vivida.

Apreciação: apresentar uma obra de arte que desperte interesse, que faça sentido. Que o estudante tenha um momento: espectador e obra. Haja conhecimento prévio ou não. Ou seja, faz sentido o estudante produzir uma pintura ou desenho que não tem significado para ele?

Fazer artístico: oportunizar a prática para o estudante. Sabemos que é necessário que o professor apresente ao estudante e este reflita sobre: materiais utilizados, técnicas, contexto em que a obra foi produzida. Produzir e criar o que faz sentido.

2.2 Público Alvo da Educação Especial

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/ 96), acerca do público-alvo da Educação Especial,

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, LDBN 9394/ 1996)

Ademais, há ampla regulamentação assegurando o acesso e permanência na escola de Ensino Regular dos estudantes com necessidades especiais. A LDBN garante o atendimento educacional especializado desde a Educação Infantil:

LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 1996 CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, LDBN 9394/ 1996)

O Estatuto da Criança e do Adolescente também assegura igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

LEI N.º 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, LEI N.º 8069 de 13 de julho de 1990)

Além da inclusão de estudantes com necessidades especiais e da garantia de igualdade de condições para acesso e permanência de todos no sistema educacional, cabe lembrar que a perspectiva da educação inclusiva é um compromisso mundial, como bem se pode observar através da Declaração de Salamanca, a qual defende que a educação é para todos:

Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais a endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (ONU, Declaração de Salamanca, 1994)

Por fim, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, alega a importância de todos os alunos estarem juntos na escola de Ensino Regular:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2007)

Tais regulamentações dão suporte à defesa de se propor metodologias que garantam não só a inclusão, como também o máximo aproveitamento de suas potencialidades por parte dos estudantes portadores de necessidades especiais.

2.3 Desafios na sala de aula/ escola

A prática pedagógica requer compreensão da inclusão no ambiente escolar. É necessário extrapolar as dimensões tradicionais, se adequar e se capacitar para atender uma

sala de aula diversificada, deve-se buscar conhecer as especificidades dos alunos, estimular potencialidades e habilidades, motivar e incentivar a aprendizagem por meio de mediação, recursos pedagógicos variados, criatividade, sensibilidade. E, sem dúvida, proporcionar segurança para que o aluno com necessidades educacionais especiais se desenvolva. Por meio de uma aula diversificada, criar possibilidades de participação efetiva desse aluno, ao considerar suas individualidades tendo em conta a coletividade na qual está inserido.

Para atender ao público-alvo da Educação Especial e garantir seu acesso e permanência no ambiente escolar, a escola de Ensino Regular tenta se adequar a essa nova realidade. De acordo com o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, esse “movimento mundial de educação inclusiva” (2007, p. 1) garante direitos, para que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, sem distinção, uma vez que a prática pedagógica da escola deve promover um ambiente equitativo. Os autores indicam que, quando se fala de Educação Inclusiva, é primordial que a escola se prepare para o acesso e permanência de todos os estudantes. Reconhecer e não desacreditar nas múltiplas formas de manifestações das pessoas. Essas diversas formas de se manifestar apontam para uma realidade cada vez mais presente no interior da escola, gerando impasses e dificuldades que levam à pesquisa para, desse modo, proporcionar mudanças e transformações cujo objetivo é atender a um público diversificado e evitar categorizar os estudantes da maneira simplista que Mantoan nos sinaliza (2003):

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. (MANTOAN, 2003, p.13)

No espaço escolar, por meio das experiências cotidianas, nos tornamos mais sensíveis em relação às dificuldades do próximo, sobretudo, de nossos educandos. Quando passamos a considerá-las para o desenvolvimento de nosso planejamento pedagógico, pensamos nas quatro frentes principais de flexibilização destacadas por Mantoan: espaço, tempo, conteúdo e recursos. Dessa forma, garante-se a acessibilidade para que a participação de todos seja efetiva. Mantoan afirma que:

Para os defensores da inclusão escolar é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações. (MANTOAN, 2003, p. 24)

Mantoan (2003, p. 16) assegura que, por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Mantoan relata e valoriza a competência do professor que consegue ensinar a toda uma turma sem diferenciar o ensino, e garante que esse professor não adota nessa turma a transmissão de conhecimentos, e sim a sua construção por meio de interação. Nesse sentido, destaca:

O ensino expositivo foi banido da sua sala de aula, onde todos interagem e constroem ativamente conceitos, valores, atitudes. Esse professor explora os espaços educacionais com seus alunos, buscando perceber o que cada um deles consegue apreender do que está sendo estudado e como procedem ao avançar nessa exploração. (MANTOAN, 2003, p. 41)

Ainda de acordo com Mantoan, (2003, p. 14), se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças. Torna-se necessário reconhecer que a Educação Inclusiva é um desafio, por valorizar a diversidade e respeitar as diferenças. Os estudos realizados revelam que, na sociedade, ainda existem dificuldades em conviver e aceitar as pessoas que são diferentes. Entende-se que, para viver com a inclusão, necessita-se aprender, conhecer e reconhecer que pessoas com deficiência existem e têm os mesmos direitos que os demais. Mantoan (2003) afirma que é necessário aprender sobre suas especificidades, dificuldades e habilidades. Conhecer suas potencialidades e fraquezas. Reconhecer que são capazes de viver e participar ativamente da sociedade, desde que esta se prepare e se adéque para recebê-los como cidadãos dignos de direitos e deveres. Percebemos, pois, o desafio da equipe pedagógica, visto que o público diversificado requer um atendimento igualmente diversificado, pesquisa e até mesmo satisfação pessoal.

2. 4 Diversidade e Alteridade

Arte e inclusão deveriam ser focadas na diversidade, na Arte Contemporânea e em suas diversas possibilidades de criação. Alteridade é singularidade, coletivo, multidão, subjetividade, individuação ao mesmo tempo. Relacionar-se com o outro contribui para a

construção do eu de cada um.

Modificamo-nos quando buscamos em nós outros modos de ser para estar junto da diferença, quando usamos a razão de outros modos, quando sentimos e estamos junto do outro que não compreendemos, mas mesmo assim buscamos modos de criar laços com essa alteridade. Ou seja, não se trata de fazer do outro, outro parecido conosco, negar sua pluralidade e multiplicidade. Não se trata de traduzir sua linguagem, sua racionalidade, sensibilidade e seu modo de ser para o nosso, mas de tentar aprender com ele, outros modos de se comunicar, sentir, pensar, ser e existir. (MORAIS, 2018. p. 18)

Isso nos leva a compreender a importância da alteridade no ensino de artes visuais para provocar reações em relação à estética. É preciso se conscientizar do papel do professor arte-educador, bem como entender como deve ser sua formação e a importância do papel da Arte no desenvolvimento pleno do estudante e no mérito de um sistema de ensino inclusivo. A autora nos provoca no sentido de refletir sobre criar e recriar possibilidades diante de vários pontos de vista. Essa problematização pode nos revelar um caminho para se refletir sobre a Arte Contemporânea, tecendo uma analogia com o estudante com necessidades educativas especiais, já que ambos fugiram de um padrão, de uma simetria pré-determinada. Ademais, sabemos que, na Arte Contemporânea, o artista expressa situações do dia a dia da sociedade, expressando, em sua obra, conteúdo e subjetividade. Essas mesmas possibilidades de se expressar, segundo suas vivências, podem e devem ser proporcionadas aos estudantes, através do Ensino de Arte.

2.5 – Prática com liberdade

A experiência com alunos da Educação Básica de escolas públicas estaduais de Minas Gerais demonstrou que o estudante responde positivamente quando lhe é dada liberdade de criação a partir de uma orientação que possibilita com que explore as ferramentas que lhe são disponibilizadas. Isso pode ser percebido nas produções de estudantes que são apresentadas a seguir, nas quais foi proporcionada a liberdade de criação dentro da especificidade de cada um, abordando os componentes estruturantes das artes visuais e relacionando-os com as produções artísticas no contexto de conhecer, apreciar e fazer arte.



Figura 1
Estudante T. 4º ano Ensino Fundamental
(10 anos)
Nanismo
Desenho livre em folha de ofício A4 com lápis preto.
Elaborado em 2023.



Figura 2
Estudante R.S.C. 2º ano Ensino Fundamental
(7 anos)
Síndrome de Down e Autismo.
Desenho livre em folha de ofício A4 com lápis de cor 2B.
Elaborado em 2023.



Figura 3
Estudante A. L. S. C. 2º ano Ensino Fundamental
(8 anos)
Autismo severo.
Desenho livre em folha de ofício A4 com lápis preto e
de cor 2B.
Elaborado em 2023.



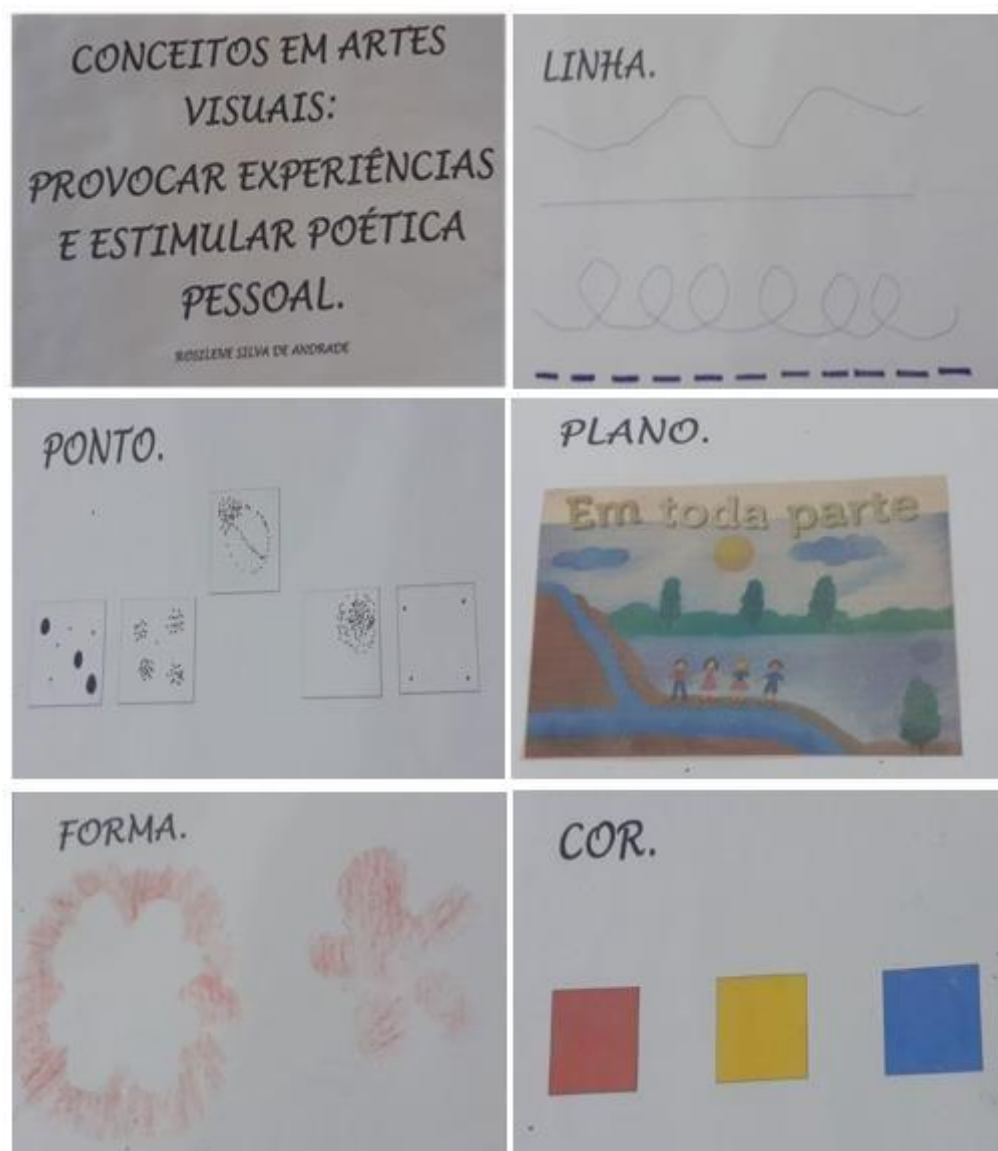
Figura 4
Estudante A. S. T. 2º ano Ensino Médio
(16 anos)
Síndrome de Asperger.
Desenho livre em folha de ofício A4 com giz de cera
derretido em vela.
Elaborado em 2023.

Fonte - Acervo pessoal da autora

Por meio da prática pedagógica, criou-se um material ou recurso pedagógico que auxilia no dia a dia da sala de aula. Um material simples, porém, envolvente, o qual desenvolve nos estudantes habilidades essenciais para o desenho livre, a pintura e a criação por meio da aprendizagem dos elementos estruturantes em artes visuais.

A seguir, é apresentada uma sequência de atividades desenvolvidas com o objetivo de estimular os alunos através da exploração das possibilidades dos elementos básicos da linguagem visual.

Figura 5- Material desenvolvido pelos estudantes da rede pública do Estado de Minas Gerais.





Fonte - Acervo pessoal da autora

Percebe-se, no decorrer das atividades desenvolvidas para a construção desse material artístico pedagógico, que os estudantes puderam concretizar elementos conceituais como o ponto. Por meio dele, por exemplo, foi trabalhada a ideia de que o ponto é um elemento visual e de que vários pontos formam desenhos, que podem conter, visualmente, toda sorte de elementos visuais. Assim, os educandos puderam vivenciar a aplicação dos conceitos na prática, construir, eles próprios, esses conceitos. Além disso, a atividade, que perpassou cores, formas e texturas, ainda proporcionou outras inquietações a esses educandos, uma vez que promoveu experiências práticas a partir dos elementos visuais que utilizou como recursos pedagógicos.

3 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, apresentamos uma possibilidade de aplicação de conceitos na prática pedagógica do Ensino de Arte, através dos elementos estruturantes das artes visuais, que podem ser aplicados de acordo com a compreensão, vivência e capacidade de cada educando.

A experiência aponta para a importância de diversificar o atendimento ao público-alvo da Educação Especial. Contudo, percebemos que, ademais dos estudantes com necessidades especiais, a sala de aula é heterogênea e, portanto, o ensino das artes visuais deve provocar inquietações ao se refletir acerca de sua produção. Nessa mesma direção, identificamos que a Arte Contemporânea proporciona a expressão da diversidade à medida que não está carregada de um padrão a ser seguido. Os educandos podem, por meio das técnicas e teorias, tecer sua individualidade ao produzir. Tal ideia corrobora o que defendemos em termos de produção artística inclusiva no ambiente escolar.

A participação de estudantes com necessidades educacionais especiais na escola de ensino comum é uma realidade que cresce dia a dia. As leis asseguram seu acesso e permanência. Cabe a escola e a equipe pedagógica que a compõem se adequar a essa nova rotina e promover um ambiente equitativo. Percebemos que a prática pedagógica inclusiva, a metodologia adequada, recursos pedagógicos diversificados, planejamento flexível, a constante busca por conhecimentos de novas teorias e técnicas, bem como o amparo da lei, podem contribuir para o desenvolvimento, sensível e cognitivo dos estudantes com necessidades educacionais especiais. O Ensino de Arte se mostrou, nesta pesquisa, um espaço para a construção dessa prática pedagógica que busca ser inclusiva. Os estudantes foram estimulados à livre criação, partindo da compreensão prática dos elementos estruturantes das artes visuais, puderam expressar sua individualidade ou refletir sobre algum aspecto de sua vivência, cada qual de acordo com suas potencialidades.

4 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Percursos da arte na educação**. São Paulo: ECA/USP, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2XsbvPdVZHo>. Acesso em: 24 out. 2022.

BARBOSA, Ana Mae. **Seminário de Arte, Cultura e Educação na América Latina**, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CIEbe86yjk>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal nº 8069 de 13 de julho de 1990. Brasília – DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9394/ 96 de 20 de dezembro de 1996. [Presidência da República], 1996. 26 p. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007. [Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. [MEC/ SEESP]. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRITES, Blanca; TESSLER, Elida. (Orgs.) **O meio como ponto zero: metodologia da pesquisa em artes plásticas**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002. Disponível em: https://virtual.ufmg.br/20222/pluginfile.php/425449/mod_resource/content/1/BRITESBlanca_-TESSLER-Elida-org-O-meio-como-ponto-zero-Por-uma-abordagemmetodologica-da-pesquisa-em-artes-visuais.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

FARIAS. R. S. Educação, arte e inclusão na perspectiva montessoriana. **Revista Educação, artes e inclusão**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 29-47, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/7299>. Acesso em: 04 jul. 2022.

FREITAS, Neli Klix; ABREU, Janaína de. Necessidades educativas especiais, arte, educação e inclusão. **Revista E-Curriculum**, São Paulo. [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Programa de Pós-graduação]. Disponível em: <file:///C:/Users/Deoclesio/Downloads/3185-Texto%20do%20artigo-7210-1-10-0100709.pdf>. Acesso em: 04 jul. 22.

GATTI. Monique Marchiori. **Arte e inclusão: Educação para a diversidade**. Científica, Ano I, n. 1, jan./jun. de 2012. [Faculdade Castelo Branco] Disponível em: <https://silو.tips/download/arte-einclusao-educao-para-a-diversidade>. Acesso em: 04 jul. 2022.

I SEMINARIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN ARTE Y CULTURA VISUAL, Universidade Federal de Santa Catarina. MADDALOZZO, Sheila; REYS, Maria Cristiane Deltregia. **De monstros a miró: artes visuais, música e teatro em torno da diversidade**. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/CulturaVisual_L3_097.pdf. Acesso em: 20 jul. 22.

KHATER, Eduardo; SOUZA, Kelen Cristina Silva de. Diversidade x inclusão: conceito, teoria e prática na educação infantil. **Revista Educação em foco**, n. 10, 2018. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wpcontent/uploads/sites/10001/2018/06/003_DIVERSIDADE_X_INCLUS%3%83O.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. [Coleção cotidiano escolar]. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%3%83O-ESCOLARMaria->

TeresaEgl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907. Acesso em: 14 jul. 2022.

MORAIS, Tathiana Jaeger de. **Uma criação poética da animalidade:** artes visuais, literatura e outras relações de alteridade na educação. 2018. 155f. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/184698/001080033.pdf?squence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Declaração de Salamanca.** Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994 [Assembléia Geral]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2023.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa. O ensino de arte e sua pesquisa: possibilidades e desafios. In: NAZÁRIO, L; FRANCA-HUCHET, P. **Concepções contemporâneas de arte.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.310-317.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa. **Cognição Imaginativa.** Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/download/15640/12515/43523>. Acesso: 30 de agosto de 2023.

REILY Lucia. O ensino de artes visuais na escola no contexto da inclusão. **Cad. Cedes,** Campinas, v. 30, n. 80, p. 84-102, jan/ abr. 2010. [Campinas – UNICAMP]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/CWsw5Zfd3dR8xhZVyQrXjBd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2022.